

Degradação e vulnerabilidade dos trabalhadores na Amazônia: análise do trabalho escravo contemporâneo (1995-2000)

Maria Vitória Sales Oliveira dos Santos¹

Regina Beatriz Guimarães Neto²

“Se ao menos o medo me fizesse recuar, pelo contrário, avanço mais e mais na mesma proporção desse medo. É como se o medo fosse uma coragem ao contrário.” (EVARISTO, Conceição, Olhos d’água. Rio de Janeiro, Pallas, 2014, p.108.)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o trabalho escravo contemporâneo na Amazônia durante o período de 1995 a 2000. A priori, é essencial investigar a Ditadura Militar (1964-1985), durante a qual foi implementada uma política de colonização na região, incentivando a migração de trabalhadores, com base nos discursos governamentais do presidente Emílio Garrastazu Médici e no apelo midiático para tal. Em um segundo momento, este estudo explora os deslocamentos de trabalhadores brasileiros, destacando as problemáticas que permeiam e pontuando as problemáticas existentes nos termos “migrantes” e “emigrantes”. Feito esse percurso, por fim, o trabalho aborda as condições degradantes dos trabalhadores rurais a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra e evidencia também o debate historiográfico em torno do conceito “trabalho análogo ao de escravo”.

Palavras-chave: trabalho escravo contemporâneo; Amazônia; Ditadura Militar; deslocamentos.

ABSTRACT

This article aims to analyze contemporary slave labor in the Amazon region during the period from 1995 to 2000. Primarily, it is essential to investigate the Military Dictatorship (1964-1985), during which a colonization policy was implemented in the region, encouraging the migration of workers, based on the government speeches of President Emílio Garrastazu Médici and the media appeal for such. Secondly, this study explores the displacement of Brazilian workers, highlighting the issues that permeate and pointing out the problems existing in the terms "migrants" and "emigrants." Having made this journey, finally, the paper addresses the degrading conditions of rural workers based on data from the Pastoral Land

¹ Concluinte do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. E-mail: mariavittoria.santos@ufpe.br ;

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, professora associada III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, professora Colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA - Marabá). E-mail: regina.guimaraes@ufpe.br.

Commission and also highlights the historiographical debate surrounding the concept of "analogous to slave labor."

Keywords: contemporary slave labor; Amazon; Military Dictatorship; displacements.

1. As políticas e os discursos governamentais que impulsionaram os deslocamentos para a Amazônia

Na visão de Reinhart Koselleck³, a relação entre o presente, o passado e o futuro é profundamente complexa e intrincada. Ele propôs a ideia de que as mudanças históricas não ocorrem de forma linear, mas sim através de uma interação dinâmica entre experiências passadas e expectativas futuras, cada uma sendo moldada pela outra. Ao explorar essa interconexão, Koselleck introduziu o conceito de "tempo histórico" como uma estrutura que abrange o passado, o presente e o futuro. Ele argumentou que as experiências e as palavras utilizadas pelas pessoas em diferentes períodos históricos constroem não apenas a sua compreensão do passado, mas também as suas expectativas em relação ao futuro. Em outras palavras, o que as pessoas entendem como possível ou impossível no futuro é influenciado pela forma como interpretam o seu passado.

Dentro desse contexto, o presente atua como um ponto de convergência entre o passado e o futuro. As mudanças que ocorrem no presente são construídas a partir das experiências passadas e, por sua vez, influenciam as expectativas e as possibilidades futuras. Koselleck chamou essa interseção de "horizonte de expectativa". É dentro desse horizonte que as pessoas concebem as suas esperanças, sonhos e medos em relação ao que está por vir. Outrossim, umas das formas de exemplificar e refletir acerca dessa relação é pensando também a partir de uma perspectiva africana: o passáreo Sankofa. O princípio de Sankofa tem suas raízes em um antigo provérbio da língua Akan, falada por povos na África Ocidental, especialmente em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em sua essência, Sankofa significa "voltar e buscar" e é ilustrado pelo símbolo Adinkra de um pássaro mitológico que voa para frente, mas olha para trás, carregando um ovo em seu bico, representando o futuro. Este símbolo também é semelhante ao formato de um coração ocidental. Na cultura dos Ashanti de Gana, os símbolos Adinkra são usados para transmitir provérbios e conceitos filosóficos. Sankofa nos ensina sobre a possibilidade de revisitar nossas raízes para alcançar nosso potencial

³ KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

futuro. Ele nos convida a recuperar o que foi perdido, esquecido ou deixado para trás, permitindo-nos assim redescobrir, preservar e perpetuar nossa herança cultural.

O Sankofa vai além do indivíduo, representando também a compreensão da identidade pessoal e coletiva. Esse conceito simboliza a conexão profunda com a herança cultural e a importância de aprender com o passado para compreender o presente e moldar o futuro. Em última análise, o Sankofa é um lembrete poderoso da necessidade de nos reconectar com nossas origens para orientar nosso caminho à frente. Assim, da mesma forma que o pássaro Sankofa olha para trás para recuperar seu ovo, simbolizando a sabedoria e o conhecimento do passado, enquanto avança para frente, representando o futuro, a perspectiva de Koselleck destaca a importância de compreender e aprender com o passado. Essa compreensão é essencial para refletir sobre o presente e construir um futuro sólido.

Nesse contexto de narrativas que vislumbram a relação entre o passado, o presente e o futuro, torna-se imprescindível analisar o trabalho escravo contemporâneo na Amazônia nos anos de 1995 a 2000, buscando também refletir sobre as políticas públicas e discursos governamentais incentivados e proferidos na Era Vargas e na Ditadura Militar, especialmente no período de 1970 até a primeira metade da década de 1980, momento o qual o Brasil testemunhou a implementação de medidas que visavam a ocupação do território amazônico. Ademais, vale salientar que o período ditatorial ainda na contemporaneidade é alvo de disputas dentro da historiografia, percebe-se que, em meio a essa disputa de narrativas, existem grupos que se prevalecem disso para expor falas de apoio à ditadura militar e pedir a volta dela, pois para eles, “a ditadura só assassinou bandidos” ou “se houve participação do povo, não foi tão ruim assim como dizem”:

Figura 1- Apoiadores do então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) protestando pela volta da ditadura.



Fonte: Folha de São Paulo, 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/estudo-aponta-que-maioria-dos-bolsonaristas-nao-defende-intervencao-militar.shtml>

Figura 2 - Manifestantes pedem intervenção militar e gritam a favor da medida mais repressiva da Ditadura Militar.



Fonte: Poder 360, 2020. <https://www.poder360.com.br/brasil/congressistas-e-personalidades-criticam-bolsonaro-por-ato-a-favor-do-ai-5/>

Em meados dos anos 2000, as narrativas e debates historiográficos sobre a origem do modelo de governo instaurado no Brasil após o golpe em 1964 cresceram significativamente e, mesmo sendo palco de inúmeras pesquisas, o termo “ditadura” ainda em 2004 - 40 anos depois do golpe- encontrava-se no cerne dessas disputas. Sendo assim, os principais atores desse movimento estavam divididos em duas categorias: de um lado, estavam os historiadores que defendem a conceituação do período mencionado como, de fato, uma “ditadura militar”. Para eles, a justificativa por trás dessa atribuição se dá devido à participação no que tange às decisões estratégicas do governo relacionadas a políticas de Estado. O segundo motivo para a defesa desse conceito pode ser entendido devido ao fato de que mesmo havendo a existência de civis em cargos do governo militar, eles não representavam a totalidade da população brasileira, pois representavam apenas as elites: famílias tradicionais, latifundiários, grandes empresários e afins⁴.

⁴ DAEFIOL, R. C. Ditadura e revisionismo no Brasil: as disputas de narrativas e seus reflexos no direito à memória, verdade e justiça das vítimas do regime autoritário (1964-1985). Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2020.

Em contrapartida, existiam aqueles historiadores que, em razão da participação de civis em cargos governamentais e do apoio dos mesmos ao golpe de Estado que retirou o então presidente João Goulart da presidência, defendiam a intitulação do período de 1964 a 1985 como “ditadura civil militar”. Um dos principais nomes de defesa a essa nomenclatura é o de Daniel Aarão Reis, ele parte da ideia central de que a sociedade brasileira não apenas apoiou o golpe, mas também participou ativamente e concedeu legitimidade social à ditadura⁵. E devido a um "discurso hegemônico" presente na historiografia, contribuiu para consolidar a memória de um regime predominantemente militar. Ademais, para o historiador a ditadura militar teve seu fim em 1979 quando houve a revogação do AI-5, onde o país vivenciou uma transição para um "estado de direito autoritário" como uma fase intermediária em direção ao regime democrático, que finalmente se concretizou com a promulgação da Constituição de 1988. Essa discussão foi intensificada pela tese de Reis, que argumentava que a esquerda revolucionária era tão antidemocrática quanto os governos da ditadura, porque os movimentos revolucionários que se opunham ao regime buscavam não apenas protestar, mas também realizar reformas profundas que desejavam acabar e/ou superar o capitalismo realizando “uma ditadura revolucionária, modo de agir que seguia o padrão do socialismo revolucionário do século XX”. (REIS, 2006, p. 16)

Embora seja de suma importância analisar as relações que ocorreram entre a sociedade civil e a ditadura, vale ressaltar que antes de qualquer apoio e legitimidade social, havia duras ações dos militares as quais envolviam torturas, perseguições e assassinatos. Assim, a existência de um sistema de repressão vigoroso, que foi gradualmente estabelecido nos estágios iniciais do regime autoritário e atingiu seu auge com a promulgação do AI-5 em 1968, demonstra claramente a presença de uma resistência social percebida pelos militares como algo a ser enfrentado. Outrossim, far-se-á necessário analisar que alguns revisionismos, no que tange o período mencionado, podem fomentar ainda mais os ataques às memórias das pessoas que foram opositoras do regime, como se houvesse justificativas cabíveis para suas mortes e/ou torturas.

Dito isso, as abordagens de Reinhart Koselleck⁶ e Quentin Skinner⁷ em relação à história dos conceitos e à análise do discurso oferecem importantes contribuições para

⁵REIS, D., MOTTA, R. P., & RIDENTI, M. (. (2004). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964 . Rio de Janeiro : Zahar.

⁶ KOSELLECK, R. (2006). Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC.

⁷ SKINNER, Q. (2002). Visões da política: sobre os métodos históricos. Alges(Portugal): DIFEL.

entender o conflito de interpretações que surgiu na historiografia acerca do período militar no Brasil, especialmente a partir dos debates sobre a natureza da ditadura imposta pelo golpe de Estado de 1964. De acordo com Koselleck (2006), conceitos e pensamentos sócio-políticos são moldados pela história e, portanto, podem ter interpretações diversas ao longo do tempo. Portanto, um conceito não é algo fixo, pois sua compreensão depende do contexto histórico em que é utilizado e assim, ele pode ser modificado e interpretado a partir das concepções pessoais dos indivíduos, muitas vezes influenciados por fatores externos.

Do mesmo modo, na perspectiva historiográfica, a multiplicidade de significados de um conceito em um determinado período não necessariamente enriquece nossa compreensão das implicações de certos eventos na sociedade. Em vez disso, essa polissemia pode representar apenas uma tentativa de desconstruir ou relativizar um discurso, sem base em novas evidências históricas sólidas. Em resumo, essa multiplicidade de interpretações pode obscurecer, em vez de esclarecer, certos períodos históricos. Além disso, a disputa de sentidos também pode ser examinada considerando as motivações que estão por trás do discurso aparente. Embora as intenções de um discurso estejam presentes no texto, as motivações que levaram à sua produção são mais complexas e profundas do que aquilo que é explicitamente declarado. De acordo com Skinner (2002), para entender essas motivações, é crucial começar com o sentido literal do texto, analisar o contexto e a ocasião em que o discurso foi proferido e, finalmente, examinar o conjunto de atitudes e obras do autor para compreender verdadeiramente sua perspectiva e intenções.

A partir disso, é crucial entender que a relação entre o governo e a região da Amazônia é de longa data e as tentativas de valorização e ocupação do território se intensificaram no período da Era Vargas. Esse governo ficou marcado por seu caráter desenvolvimentista em que o então presidente solicitou ao Banco do Brasil a criação de linhas de crédito para a área agrícola e industrial, assim como novas estratégias para avançar a economia a partir do controle do Estado. Ademais, fundado em meados do ano de 1937, o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças) vinculado ao Ministério da Fazenda, o qual desempenhou uma função crucial na administração dos investimentos do Estado em setores considerados fundamentais para a economia e segundo Boris Fausto (2006, p.108), o conselho foi responsável por desenvolver empresas e órgãos estatais com o objetivo de impulsionar investimentos em áreas prioritárias para a administração pública, como por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo (1938) e a Companhia Siderúrgica Nacional (1940). Os projetos desenvolvimentistas adquiriram ainda mais força depois do golpe do Estado Novo, trazendo consigo o anseio do então presidente Getúlio Vargas em consolidar uma identidade

nacional e para isso, era preciso ocupar áreas consideradas “vazias”. Além do empenho pelo progresso, essa abordagem de colonização fazia parte de uma estratégia destinada a assegurar a segurança do país, através da ocupação das áreas fronteiriças. Assim, observa-se uma marcante influência do pensamento nacionalista no plano de desenvolvimento de Vargas que:

[...] expressou-se na ocupação material e simbólica do território brasileiro, cujos grandes vazios, da sua ótica, poderiam despertar a cobiça de governos e grupos estrangeiros. Não se tratava de uma disputa de limites com países vizinhos, [...]. Tratava-se, sim, de uma expansão da fronteira, no sentido de área não ocupada, ou frouxamente ocupada, dentro do território nacional (FAUSTO, 2006, p. 128).

Nesse sentido, a Marcha para o Oeste iniciou-se em 1938, sendo uma “preparação” para a ocupação da Amazônia que se estendeu até o período da ditadura militar e possuía como objetivo ocupar a região Centro-Oeste. Desse modo, para alcançar, dentro da Marcha para o Oeste, o objetivo de ocupar a região amazônica foi criada a Fundação Brasil Central (FBC). Segundo Ângela de Castro Gomes (2013, p. 62), a iniciativa de expandir para o Oeste representou uma estratégia de promover a brasilidade, com a aspiração de transformar a nação em um solo habitado predominantemente por seus próprios cidadãos.

A exemplo das iniciativas que visavam colonizar e modernizar o território destaca-se a implementação da Transamazônica, inaugurada em 1972, um projeto que não apenas visava a construção de uma infraestrutura rodoviária, mas também tinha o propósito de colonizar a região. Essa empreitada tinha como objetivo ocupar um território considerado "desabitado" no Brasil, ao mesmo tempo em que buscava assegurar a exploração das riquezas locais. Além disso, a construção da Transamazônica servia como um símbolo do compromisso dos militares em promover o desenvolvimento, evidenciando que os benefícios almejados se estendiam por todo o território nacional.

Figura 3- Anúncio do Ministério do Interior e da SUDAM sobre a construção da Transamazônica.

**Transamazônica.
O caminho para a grande
aventura deste século.**

E, para participar da conquista da Amazônia, você não precisa usar chapéu de explorador.

Basta saber reconhecer um bom negócio, quando você vê um.

E a Transamazônica atravessa milhares deles.

Enormes jazidas de diamante, ferro, manganês, alumínio, chumbo, ouro, cobre, cassiterita.

Pastos naturais, prontos para receber as melhores raças de gado.

E a maior reserva florestal do mundo.

Olhe bem o mapa da Transamazônica: ela não é só uma estrada, é um programa completo de desenvolvimento.

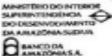


Logo atrás dos tratores e "scrapers", vão surgindo casas, fazendas, vilas, bancos, serrarias.

E depois vêm as cidades, as lojas, as indústrias.

Procure os escritórios da Sudam, ou do Banco da Amazônia, e descubra como é fácil ir para a Amazônia.

Por enquanto.





Fonte: O Globo, 20/11/71, p.17

Além das questões agrárias e sociais, o imaginário construído sobre a região amazônica antes do golpe militar pode ser entendido como uma representação exótica e selvagem, permeada por estereótipos românticos e idealizações, muitas vezes dissociadas da complexidade cultural, ambiental e histórica da região. Esse cenário pré-golpe refletia uma visão simplificada e muitas vezes distorcida, que contribuiu para moldar percepções equivocadas sobre a Amazônia e influenciar decisões políticas e econômicas na época. Em *A invenção da Amazônia* (2007), Neide Gondim⁸ aborda como foram construídas as concepções imaginativas sobre a Amazônia, o pensamento eurocêntrico colaborou para que os então colonizadores transformassem a região em um local de observação dos “fenômenos” que ali ocorriam - os animais selvagens, flora tropical e até mesmo os costumes dos povos nativos- e com isso, muitos europeus começaram a documentar essas experiências, colaborando para que cada vez mais, o misticismo, a utopia e o mistério fossem atrelados à região. Essas idealizações e narrativas foram reinventadas ao decorrer dos anos, entretanto, nunca deixaram de ser perpetuadas e são moldadas por uma combinação de fatores, incluindo representações culturais, imagens na mídia, discursos políticos e interesses capitalistas.

Em 31 de Março de 1964, os militares realizaram o golpe de Estado no Brasil contando com o apoio de diversos setores, como por exemplo, os setores civis e religiosos e, a partir da instauração daquele, houve intensas modificações no que tange ao desenvolvimento

⁸ NEIDE, Gondim. *A invenção da Amazônia*, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia)

socioeconômico para o Brasil, especialmente para a Amazônia. Nesse período, que se iniciou com o governo do então presidente General Castelo Branco (1964-1967), ocorreram episódios de repressão, cassações, torturas e perseguições às lideranças de trabalhadores rurais assim como aos sindicatos e associações rurais, como por exemplo, as Ligas Camponesas⁹ no Nordeste, as quais possuíam como um de seu principal objetivo a Reforma Agrária. Dentro desse contexto de disputas por terras e dos conflitos sociais entre trabalhadores rurais e latifundiários, o governo militar apresentou a política de intervenção como algo positivo para o país. Como justificativa, eles afirmaram que a desigualdade social no Brasil não era causada pela grande concentração de terra nas mãos de poucos, mas sim pela distribuição inadequada da população no território, especialmente devido a uma grande distorção demográfica. Para resolver esse problema, o governo propôs que o Estado deveria realocar grupos sociais das áreas com maior concentração populacional e conflitos agrários, como no Nordeste e Centro-Sul do Brasil, para áreas "vazias" na região amazônica, sem levar em conta as comunidades indígenas que ali já habitavam. Pretendia-se redistribuir as populações de forma a estimular o desenvolvimento da Amazônia e também das regiões menos industrializadas, como o Nordeste, que enfrentava altos níveis de pobreza em decorrência das grandes secas frequentes e da "inexistência" de terras para a agricultura, motivos esses que, quando combinados, resultaram em pessoas vivendo em extrema pobreza e miséria¹⁰. Sendo assim, nesse movimento de realocar tais indivíduos resolveria os dois grandes obstáculos o qual o governo enfrentava: povoar áreas "desocupadas" na Amazônia e prevenir ainda mais conflitos por terra que estavam prestes a eclodir.

Dos esforços do governo militar na busca incessante para provar que eles eram a solução para o fortalecimento do Brasil, foram desenvolvidos órgãos governamentais com ênfase de atuação na região amazônica. Nesse cenário, em 14 de setembro de 1966, o Grupo de Trabalho da Amazônia encaminhou ao presidente Castelo Branco o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que extinguiu a SPVEA (Superintendência de Valorização da Amazônia)¹¹ criando a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)¹², que

⁹ As Ligas Camponesas surgiram como uma reação ao sistema de exploração capitaneado pelos latifundiários, sobretudo donos de engenho e usineiros, na zona canavieira do Nordeste brasileiro (ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998)

¹⁰ MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

¹¹ Em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) foi estabelecida com a intenção de impulsionar o desenvolvimento na região amazônica. Seus objetivos incluíam promover atividades agrícolas, extrativas e pecuárias, além de criar planos

atuou principalmente atraindo investimentos para a Amazônia por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e incentivos fiscais aos interessados em produzir e ocupar a região. Além disso, a SUDAM buscava também pôr em prática o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o qual possuía como alguns de seus objetivos buscar o potencial econômico da região, formar grupos populacionais e adotar uma política imigratória para a região aproveitando-se dos excedentes populacionais da região nordeste¹³.

O governo militar lançou também a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) em 1967 como uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. A Suframa tinha como principal objetivo promover o desenvolvimento econômico da Amazônia, especialmente nos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e parte do estado do Amazonas. Neste período, a Suframa foi responsável por implementar a Zona Franca de Manaus, uma área de livre comércio com incentivos fiscais para atrair empresas e indústrias para a região. Empresas que se estabelecessem na Zona Franca de Manaus recebiam benefícios como isenção de impostos de importação e redução de impostos sobre produtos industrializados (IPI). Já em 1970, houve a criação do INCRA (Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária), uma autarquia federal com autonomia administrativa, motivada pela intenção de colonizar a Amazônia e também conter os conflitos agrários. Um dos principais objetivos era lidar com os conflitos de terra, especialmente nas regiões mais densamente povoadas e empobrecidas do Nordeste do país. A ideia central era realocar as populações sem-terra e empregar essas pessoas em áreas menos povoadas, especificamente na Amazônia, como parte de uma estratégia de colonização. O Nordeste, sendo uma região marcada pela seca e pela pobreza, enfrentava tensões sociais significativas devido à falta de terras para cultivo e moradia. O INCRA, então, foi utilizado como uma ferramenta para solucionar parte desse problema ao direcionar essas populações para áreas da Amazônia.¹⁴ Ainda em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) era criado e, além de adotar os princípios do capitalismo para promover o crescimento empresarial, garantia incentivos fiscais e outras vantagens financeiras para os empresários. Também se destacava como o centro de

para melhorias em transporte e comunicações. A ideia era atrair investimento privado para explorar as riquezas locais. No entanto, apesar desses esforços, os resultados obtidos foram limitados.

¹² A SUDAM foi encerrada em 24 de agosto de 2001, durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), sendo substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). No entanto, foi reestabelecida no início de 2007, durante o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).

¹³ Histórico - SUDAM. Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 10 de Agosto, 2023.

¹⁴ ARAÚJO, J. de, 2015. A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco.

políticas destinadas a coordenar estratégias essenciais para intervir na região. Pensar o PIN, dentro dos governos militares, significa entendê-lo como um programa que desejava, dentre outras coisas, garantir a segurança nacional a partir da “defesa” do território amazônico, já que mediante a possíveis ameaças comunistas, o governo militar brasileiro devia defender e proteger o seu bem nacional: a Amazônia.

No mesmo ano, o presidente Emílio Garrastazu Médici esteve em uma reunião na SUDAM na cidade de Manaus e realizou um discurso inflamado alinhado com as demandas da platéia que o assistia: desejo por créditos subsidiados e terras na região amazônica. O então presidente considerou a colonização como algo inegociável, para ele, seria uma prática indispensável para superar duas grandes dificuldades em um só movimento: transferir agricultores empobrecidos e trabalhadores rurais sem terra que sofriam com a seca no Nordeste para a Amazônia, aproveitando para ocupar os “espaços vazios”. Uma das frases mais emblemáticas desse discurso foi em relação a solucionar os problemas “do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia”. Logo, na visão de Médici se estabelecia:

A expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM [...]¹⁵

Já que, segundo ele:

O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul.¹⁶

Analisando o contexto em que o discurso foi proferido, percebe-se uma tentativa de reforçar a ideia de que as regiões Norte e Nordeste eram encaradas como um "fardo" para o

¹⁵ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sob o signo da fé, 08 de outubro de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view>. Acesso: 23 de Janeiro, 2024.

¹⁶ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sob o signo da fé, 08 de outubro de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view>. Acesso: 23 de Janeiro, 2024.

Centro-Sul do Brasil. Nesse sentido, o regime militar buscava abordar de maneira coletiva os desafios enfrentados por essas áreas, como a superpopulação e as dificuldades decorrentes da seca no Nordeste. A solução proposta envolvia a migração dos trabalhadores nordestinos, visando não apenas aliviar esses problemas, mas também promover o desenvolvimento da Amazônia. É fundamental refletir que a suposta "preocupação" do governo não se restringia apenas às questões sociais e econômicas da região, mas também abarcava a preocupação com a iminente subversão que o Nordeste representava.

O governo federal via como imperativo o deslocamento de uma parcela da população que habitava áreas rurais, principalmente no Nordeste, devido às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo e pequenos proprietários. Entre os desafios mais sérios estavam a alta concentração de terras e a exploração intensiva da mão de obra, sendo as secas frequentes e a suposta escassez de terras agricultáveis consideradas as principais causas. Esses obstáculos limitavam o desenvolvimento e a produção das famílias no meio rural, resultando em um considerável número de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza. No mês de Julho de 1970, em visita ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o presidente Médici mencionou que sanaria os problemas causados pelas secas a partir de três principais intervenções: a primeira medida, baseava-se em investir em um sistema de irrigação em regiões específicas. A segunda, possuía como objetivo impulsionar projetos agrícolas e apoiar instituições de pesquisa voltadas ao estudo das "perspectivas de produtividade" nas regiões afetadas pela seca, especialmente no Nordeste. A terceira medida do governo para combater a miséria era incentivar a colonização de diferentes áreas do país. Para expressar a forma a qual enxergava o Nordeste, em seu discurso, Médici escolheu as seguintes palavras:

Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim para ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre [...] vi como os homens se vinculam à terra, vinculadas aos seus donos. Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto, e, pior que isso, vi a angústia dos meses que ainda virão sem chuva¹⁷

Para além dos discursos pomposos e inflamados, os chefes do governo no período ditatorial se valeram de um aparato bastante proveitoso: a imprensa. Ao desempenhar o papel de difusora das narrativas que compõem o contínuo processo de "invenção da Amazônia", a

¹⁷ Pronunciamento feito pelo Presidente Médici encerrando a reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife, a 06/06/1970. p. 76. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>.

imprensa também desempenhou uma função altamente significativa na propagação e na elaboração de representações favoráveis ao golpe e à ditadura. É incontestável que o respaldo dos meios de comunicação de massa teve impacto na manutenção do regime autoritário por mais de duas décadas, da mesma maneira que as críticas provenientes desses veículos foram fundamentais para alimentar o anseio da população por eleições diretas e pelo processo de redemocratização. Depois de tomar o poder, os militares nutriam o desejo em manter as aparências de um governo democrático e esconder os numerosos casos de corrupção, para isso, eles necessitavam do apoio de vários setores como por exemplo, a imprensa, grandes empresários e latifundiários. Em contrapartida, todos esses setores foram beneficiados pelo governo por demonstrar apoio explícito ao processo modernizador que se impunha.

Por mais contraditório que possa parecer, foi durante a ditadura militar que, pela primeira vez no país, houve uma estruturação de normas específicas para o meio cultural. Partindo de um interesse mútuo e de acordo com Livia de Meira Lima Paiva¹⁸: "Se por um lado o departamento de censura ditava o que deveria ou não ser publicado, de outro, o governo esforçava-se por ampliar a expressão cultural do país, ancorado em um ideal integrador e nacionalista". Assim, utilizando do meio cultural e, conseqüentemente, da comunicação, o Estado buscava controlar todo o território nacional com as inúmeras propagandas que ganhavam cada vez mais força. Nesse contexto, o esforço de jornais como *O Globo* e o *Jornal do Commercio* foram cruciais para o êxito das operações governamentais: o primeiro, foi utilizado como meio de divulgação dos benefícios fiscais que o governo propôs para atrair investimentos em projetos de desenvolvimento na Amazônia, visando fornecer aos investidores do Sudeste uma compreensão mais abrangente sobre as oportunidades na região Norte e o segundo, buscou obter aceitação e apoio da comunidade local na Amazônia para os empreendimentos, visando evitar que a população se opusesse aos planos do governo e, em vez disso, se tornasse um apoio fundamental. O respaldo da mídia local aos projetos governamentais na região amazônica durante o período ditatorial pôde contribuir para uma memória positiva desse período em certos segmentos sociais em Manaus.

O período mencionado, que abrange a Era Vargas até os anos iniciais da Ditadura Militar, foi marcado por uma série de estratégias adotadas pelos líderes governamentais para envolver a população e consolidar o poder. O recurso ao nacionalismo e à defesa da pátria

¹⁸ PAIVA, Livia de Meira Lima. Cultura e ditadura: permanências autoritárias nas políticas culturais. XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 05 a 08 de novembro de 2014, p.5. UFPB, João Pessoa. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>. Acesso em: 21 de Janeiro, 2024.

tornou-se uma ferramenta recorrente, especialmente ao associar a ameaça comunista a um perigo real e iminente. Esse discurso foi habilmente utilizado para justificar medidas autoritárias e consolidar o apoio popular. No contexto da região amazônica, o governo investiu em grandes obras e projetos de desenvolvimento, buscando "integrar" a Amazônia ao restante do país. Esse esforço foi fundamentado na ideia do "milagre econômico", um conceito que permeava o imaginário do povo brasileiro na época. A justificativa para tais empreendimentos estava vinculada à promessa de crescimento econômico, modernização e prosperidade para o Brasil como um todo.

No entanto, por trás dessa fachada de progresso, surgiam questões complexas. As relações entre o governo, os trabalhadores e a região amazônica eram marcadas por investimentos e, ao mesmo tempo, por tensões. A exploração da região muitas vezes envolvia práticas questionáveis, como o trabalho escravo contemporâneo. Essas tensões e conflitos na região amazônica também refletiam a disputa por recursos naturais e a busca por controle territorial. Além disso, é importante destacar que as movimentações do governo federal para promover o desenvolvimento e a integração muitas vezes eram obscurecidas por casos de corrupção e superfaturamento. A narrativa de progresso divulgada nos principais meios de comunicação da época frequentemente encobria a realidade dos problemas internos, como desvios de recursos e práticas corruptas.

1. Os deslocamentos de trabalhadores rurais para a Amazônia

Quando abordamos assuntos semelhantes aos propostos neste trabalho, é frequente o uso dos termos "migração" e "migrantes". No entanto, é crucial refletir sobre a maneira como esses conceitos são empregados e as implicações que carregam. Em 1977, os antropólogos Alfredo Wagner de Almeida e Moacir Palmeira lideraram um estudo intitulado "Projeto emprego e Mudança socioeconômica no Nordeste". Esta pesquisa foi realizada em colaboração com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foi conduzida pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dentro essa pesquisa, o volume "A invenção da migração" discorre sobre os deslocamentos no Brasil assim como sobre o uso do termo migração¹⁹.

¹⁹ARAÚJO, J. de, 2015. A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco.

Os autores argumentam que tanto a imigração quanto a emigração implicam uma consideração das causas e consequências do deslocamento populacional nos locais de origem e destino dos migrantes. Portanto, um estudo que se propõe a investigar os movimentos da população acaba se tornando uma análise das razões e impactos da migração em uma determinada região. Nesses contextos, os emigrantes ou imigrantes são frequentemente vistos como elementos estranhos às sociedades de destino, como um “corpo estranho”. A problemática do conceito de migrante reside na sua complexidade e na diversidade de situações que ele abarca. O termo "migrante" é frequentemente utilizado para descrever indivíduos ou grupos que se deslocam de um lugar para outro, seja dentro de um mesmo país ou entre diferentes países. No entanto, essa definição ampla muitas vezes obscurece as nuances e as diferentes motivações por trás dos movimentos migratórios. Assim, uma das principais questões é a variedade de categorias que podem ser englobadas sob o termo "migrante", incluindo trabalhadores temporários, refugiados, deslocados internos, imigrantes econômicos, entre outros. Cada uma dessas categorias apresenta características e necessidades distintas, o que torna difícil generalizar sobre a experiência migratória como um todo. Outra questão importante é a dinâmica de poder envolvida nos processos migratórios, incluindo políticas migratórias restritivas, exploração de mão de obra migrante e desigualdades estruturais que influenciam quem tem a capacidade de migrar e em que condições:

O conceito de “migração”, associado aos trajetos-meio, predeterminados, direcionados a um fim, nesse sentido, desconsidera as sinuosidades das escolhas dos agentes sociais; e, por outro lado, a própria palavra “migrante” acaba por homogeneizar indivíduos e grupos, congelados em categorias de identidade. Nesse cenário, passam então a ser apreendidos, muitas vezes, como estrangeiros e indesejáveis, sobretudo quando emergem nas representações que significam e produzem o “outro” como ameaça e perigo. Assim, manifesta-se, nas práticas e discursos, um processo de des-humanização que tem como efeito restringir e/ou privar de direitos certos conjuntos de pessoas. É significativo que em tais circunstâncias as pessoas afetadas possam viver experiências de extrema precariedade e vulnerabilidade que geram e/ou potencializam diversos tipos de violência contra elas.²⁰

A migração, ao ser analisada, revela-se então como um componente vital da dinâmica populacional, influenciando significativamente seu crescimento. No entanto, sua compreensão deve ir além, considerando as complexas interações socioeconômicas e políticas, assim como os contextos específicos em que ocorrem. As discussões sobre migração devem estar intrinsecamente ligadas à interação entre o avanço do sistema capitalista e as mudanças na

²⁰GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. São Leopoldo, RS: Revista Unisinos, Vol 21, n.1, 2017.

composição demográfica. Nesse sentido, a migração se torna um indicador das diversas fases do desenvolvimento capitalista, marcadas pela exploração e deslocamento em massa da população. Na Amazônia, esse fenômeno é particularmente significativo, dado o caráter de fronteira e as peculiaridades associadas à região já que o processo migratório que acarretou nos deslocamentos de trabalhadores rurais para a região foi uma consequência das políticas e incentivos governamentais emergentes da Era Vargas até o período em que se desdobrou a Ditadura Militar no país (1964-1985):

A partir de 1970, as políticas do Governo para a Amazônia visam ocupar o espaço, incentivando a migração, e a valorização do mesmo através de empresas de grupos econômicos. Estes grupos, muitos dos quais de capital multinacional, na maioria das vezes sediados em São Paulo, visam, como alternativa de investimentos, à apropriação das terras.²¹

De acordo com Becker (1998)²², o movimento de migração para a Amazônia está baseado em três fatores: a) fator de atração de migrantes; b) base organizacional do mercado de trabalho; c) local da ação político-ideológica do Estado. A união desses fatores confere ao espaço urbano uma importância fundamental ao facilitar a mobilidade na Amazônia e orientar o fluxo migratório para a região. Sendo assim, a partir dos incentivos governamentais, o processo migratório na região amazônica se intensificou em meados da década de 70 possuindo como um de seus principais agentes o povo nordestino, movidos pelas grandes secas e pelo anseio de mudar de vida. Portanto, ao discorrer sobre a migração de pessoas do Nordeste para a Amazônia, é importante ressaltar que:

No Brasil, nenhuma região tem sido mais afetada por processos migratórios que Nordeste, fazendo desta diáspora um capítulo central da história nacional. Conhecido, há mais de um século, como a terra da arribação, o Nordeste está acostumado a perder grande parte de seus filhos e filhas para outras regiões. Em consequência, a região é visto como o símbolo e a materialização da migração. Um conjunto de fatores entrelaçados e complexos explicam essa tradição. A profunda desigualdade socioeconômica historicamente consolidada na estrutura latifundiária, às características ambientais de subregiões afetadas por terras improdutivas e/ou períodos cíclicos de estiagem e a relativa prosperidade de outras regiões se destacam como os principais fatores estruturais subjacentes a estes fluxos.²³

É imprescindível considerar que os grupos que deixavam a região muitas vezes o faziam impulsionados por condições climáticas adversas, particularmente as secas, e suas

²¹BARCELLOS, M. M. & COSTA, W. S. População. In: FIBGE. Geografia do Brasil – Região Norte. Rio de Janeiro, 1991.

²²BECKER, B. K. A Fronteira Urbana e a Mobilidade do Trabalho. In: Amazônia. São Paulo, Ática, 1990.

²³ OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. "Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização", p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. In: Migrações Nordestinas no Século 21 -Um Panorama Recente, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014.

numerosas ramificações, como a escassez de alimentos e a falta de oportunidades de trabalho. É importante ressaltar que a pobreza e a precariedade não necessariamente eram resolvidas com o fim das secas, o que dificultava o retorno das pessoas às suas condições de vida anteriores. Além disso, muitos desses trabalhadores viam na Amazônia uma promessa de uma vida melhor, especialmente por meio do trabalho nos seringais ou na agricultura. Essa expectativa de encontrar oportunidades econômicas mais favoráveis motivava-os a buscar novas perspectivas na região amazônica, na esperança de escapar da pobreza e da escassez que enfrentavam em suas terras de origem. Essa dinâmica migratória revela não apenas a busca por condições de vida mais dignas, mas também a esperança por um futuro mais próspero e estável:

De fato, os grupos que deixavam o nordeste, muitas vezes o faziam movidos por problemas climáticos, notadamente as secas, e as muitas consequências desse fenômeno, como a fome e a falta de trabalho. Entretanto, essa situação de miséria nem sempre se revertia com o término das secas, permitindo o retorno do migrante à sua vida anterior. Além disso, muitos migrantes se dirigiam à Amazônia com a expectativa de uma vida melhor que lhes seria proporcionada com o trabalho nos seringais ou na agricultura.²⁴

Entre as décadas de 1970²⁵ e 2000, a população da Amazônia Legal²⁶ experimentou um crescimento constante, superando a média nacional. Esse crescimento foi especialmente notável nos anos de 1970 e 1980, período em que a política de integração do governo impulsionou o desenvolvimento regional. Nesses anos, a taxa de crescimento anual chegou a 4,44% e todos os estados que compõem a região acompanharam essa tendência, com Rondônia e Roraima destacando-se como os que mais cresceram. Em Rondônia, a população aumentou doze vezes, enquanto em Roraima, a população em 2000 era oito vezes maior do que em 1970.

Tabela 1: Taxa de crescimento- Amazônia Legal (1970-2000)

Unidades	Taxa de crescimento anual (%)
----------	-------------------------------

²⁴ LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. 340 p. Tese de Doutorado. (Doutorado em História Social) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²⁵ Apesar do recorte temporal escolhido para a pesquisa ser do ano de 1995 à 2000, compreende-se que para realizar uma análise profícua dos anos escolhidos é necessário pensar nas dinâmicas existentes nos anos anteriores, em virtude de toda influência que exerceram no período aqui estudado.

²⁶ De acordo com o IBGE, a Amazônia Legal corresponde à área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme estabelecido pelo Artigo 2º da Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007. Essa delimitação geográfica foi instituída com o propósito de definir a área de atuação política da SUDAM, visando promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável dentro dessa região que abrange os seguintes estados: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão.

de Federação			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Brasil	2,48%	1,93%	1,64%
Rondônia	16,03%	7,89%	2,24%
Acre	3,42%	3,01%	3,29%
Amazonas	4,12%	3,57%	3,31%
Roraima	6,83%	9,63%	4,58%
Pará	4,62%	3,46%	2,54%
Amapá	4,36%	4,67%	5,77%
Tocantins	3,56%	2,01%	2,61%
Norte	5,02%	3,85%	2,86%
Maranhão	3,09%	2,10%	1,63%
Mato Grosso	2,99%	1,45%	0,98%
Goiás	6,64%	5,38%	2,40%
Amazônia Legal	4,44%	3,53%	2,48%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)

A tabela acima busca demonstrar que o crescimento populacional acelerado na Amazônia Legal foi impulsionado em anos específicos que compreendem também o mesmo período o qual ocorreram incentivos ao deslocamento das pessoas para as áreas destacadas acima, além disso, é interessante notar que em alguns casos, esse crescimento populacional superou a média nacional. As pessoas são atraídas para a região devido à abertura de estradas e aos projetos de ocupação e, especialmente em Rondônia, que era responsável por cerca de 70% da produção nacional de minério em 1970, houve um grande fluxo de migrantes em busca de oportunidades. Ademais, é interessante notar que ao longo dos anos o crescimento populacional das unidades federativas citadas foi diminuindo, entretanto o Amapá foi o único a apresentar aumento da taxa de crescimento populacional. No período que abrange os anos de 1980 e 1991, por exemplo, a taxa de crescimento do Amapá foi 32% maior que a da Amazônia Legal, já no período de 1991 e 2000, a discrepância aumentou duas vezes mais. Além do estímulo ao desenvolvimento regional, o aumento significativo da população no

Amapá está relacionado à exploração de manganês na Serra do Navio, que começou em 1945, e à criação do estado em 1988²⁷.

Joanoni Neto e Castravechi²⁸, ao discorrerem sobre um estudo conduzido acerca dos trabalhadores rurais provenientes do Piauí que migraram para a Amazônia em 2000, declaram que:

A grande motivação para a saída foi a necessidade de dinheiro para sustentar a família (43,3%) ou a falta de trabalho no local (52,2%). Os destinos mais visados são os estados do Centro-Oeste (55,6%), e as atividades realizadas estão em grande parte ligadas ao meio rural (83,9%), sendo que a cana-de-açúcar, no caso desses trabalhadores, é um grande atrativo (64%).

Para os autores, “a marca dessa migração é a transitoriedade”²⁹. Em outras palavras, os migrantes do Nordeste, ao serem tratados meramente como estatísticas pelo governo ou como mão-de-obra barata e substituível por parte dos empregadores ou intermediários, acabam por se desconectar de suas raízes. Para alguns historiadores que se dedicam ao estudo da ocupação do território amazônico durante as últimas três décadas do século XX, esses migrantes são considerados "desterritorializados". Isso significa que eles perderam ou tiveram suas conexões com seus territórios de origem enfraquecidas, tornando-se estrangeiros em sua própria terra devido às condições precárias e à exploração enfrentada na Amazônia. Portanto, o termo "desterritorializados" sugere uma perda de vínculo com o lugar de origem, o que reflete não apenas uma questão geográfica, mas também uma ruptura nos laços sociais, culturais e econômicos que definem a identidade dos migrantes. Nenhum migrante se desloca sem a sua memória, sem as suas lembranças e/ou sem as suas raízes construídas em seus locais de origem que agora, terão continuidade com os novos laços. Principalmente, é essencial reconhecer o valor das memórias para compreender o passado e sua análise, uma vez que elas, sem dúvida, nos auxiliam na compreensão dos processos históricos em diferentes momentos.

[...] a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas. [...] (NORA, 1993, p. 9).

²⁷Em setembro de 1943, por meio de um decreto presidencial assinado por Getúlio Vargas, o Amapá foi designado como território federal. Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Amapá foi elevado à categoria de estado.

²⁸CASTRAVECHI, Luciene; JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX.

²⁹ *Idem*.

É comum que muitos desses trabalhadores migrantes, contratados como mão-de-obra temporária, transitem regularmente pelas principais rodovias estaduais, convertendo-as em corredores onde pessoas buscam e alternam frequentemente entre diferentes atividades. Por outro lado, existem também os trabalhadores que se fixam (algumas vezes de forma temporária) em certas regiões com o objetivo de ocupar um espaço de terra. Na historiografia, é comum que alguns estudiosos da área conceituem os migrantes como “trabalhadores desterritorializados”, pois quando os trabalhadores se deslocam para outro local, sejam acompanhados de suas famílias ou não, deixam para trás mais do que apenas um local físico. Abandonam um espaço carregado de símbolos, costumes, vivências e lembranças que constituem sua identidade. Assim, ao chegarem ao destino, os migrantes precisam criar novas conexões e interações com o ambiente desconhecido, reavaliando e dando novos significados às experiências culturais.

Em suma, a desterritorialização ocorre quando um migrante se desloca de uma região para outra, enquanto a reterritorialização envolve a construção de novos vínculos com o novo território a partir desse momento. No entanto, para trabalhadores em constante movimento, como os "peões de trecho", esses conceitos não capturam completamente a complexidade de suas experiências. Para a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, esses trabalhadores são:

[...] parte de grupos sociais desterritorializados que se movem de uma cidade, de um Estado ou de uma região a outra, perdendo continuamente as referências sociais de pertencimento a seu grupo de origem, ‘dentro e fora’ da família, da cidade, da cultura, desterritorializando o próprio campo social. Chegam a construir leis e regras de sobrevivência, como se vivessem em uma rede social “deslocada” do controle e da disciplina implementadas pelo Estado.³⁰

Além de reconhecer que os fenômenos da desterritorialização e reterritorialização estão intimamente ligados à questão territorial, é crucial considerar que ambos são componentes de um projeto mais amplo de descaracterização do migrante, visando reduzi-lo à condição de mero trabalhador, despojando-o de sua subjetividade e dos laços sociais previamente estabelecidos. Ao retirar a "essência" desse migrante, subtrai-se sua identidade, sua história e seus vínculos emocionais e sociais que o ligam ao seu lugar de origem. Essa abordagem desumanizadora reduz o indivíduo a uma função econômica, negando-lhe sua

³⁰GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC, 2003.p.49 – 69. p. 60

individualidade e dignidade. Isso perpetua relações desiguais de poder, onde o migrante é frequentemente tratado como uma mercadoria descartável, privado de seus direitos e autonomia. Essa despersonalização não apenas perpetua a exploração e a marginalização dos migrantes, mas também contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos que dificultam sua integração e aceitação nas comunidades receptoras.

2. O trabalho escravo contemporâneo na Amazônia: pessoas resgatadas e condições de trabalho degradantes

No Brasil, o debate acerca do trabalho análogo ao de escravo ou do trabalho escravo contemporâneo vêm ganhando cada vez mais forma devido aos acontecimentos recentes noticiados pela mídia. E, assim como outros conceitos, este também tornou-se objeto de análise e debate historiográfico. A utilização do termo “trabalho análogo ao de escravo” tornou-se importante para caracterizá-lo como uma prática diferente da escravidão adotada no Brasil até meados do século XIX. Todavia, o uso desse termo provoca debates. Instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), se recusam a utilizar o mesmo, preferindo usar apenas “trabalho escravo” para se referir aos casos de trabalhadores em situações de vulnerabilidade e degradantes.

Reinhart Koselleck em seu texto “História dos Conceitos e História Social”,³¹ no livro “Futuro Passado” traz luz ao debate acerca da escrita para a história. Para ele, os conceitos, quando utilizados para nomear práticas em um dado momento histórico, devem ser analisados visto que, com o decorrer do tempo, termos com semelhantes significados adquirirão distintas conotações. Portanto, é crucial identificar claramente os fenômenos em questão, pois o fim da escravidão do século XIX não impede que situações contemporâneas de trabalho degradante sejam rotuladas também como trabalho escravo. O que varia são as especificidades dessas práticas. Sobre isso, a autora Ângela de Castro Gomes pontua:

[...] pensar a questão do trabalho análogo a de escravo na história do Brasil recente envolve enfrentar o lado mais dramático de processos sociais como o da precarização das normas legais de proteção ao trabalho e das migrações internas para as cidades ou regiões de fronteira agrícola, entre outros. A ‘constituição’ dessa forma de trabalho compulsório na sociedade brasileira e o estabelecimento de uma designação para nomeá-la – eventos apenas analiticamente distintos, pois empiricamente em indissolúvel conexão – podem então ser entendidos como uma estratégia para se discutir problemas-chaves do mundo do trabalho contemporâneo. Portanto, se essa é uma questão que, do ponto de vista quantitativo, afeta setores específicos e nem tão numerosos da mão de obra trabalhadora, ela tem um caráter

³¹KOSELLECK, Reinhardt. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006. p. 97.

exemplar e liminar para a percepção do futuro de tudo o que diz respeito à regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, e não só no Brasil.³²

É fundamental destacar que o debate não busca equiparar a escravidão colonial à contemporânea, mas sim reconhecer a presença de elementos persistentes ao longo do tempo. A escravidão contemporânea usa de outros meios para dominar o trabalhador, como por exemplo, a cobrança de dívidas trabalhistas inexistentes ou exorbitantes, o isolamento da região e a intimidação por meio da presença de pessoas armadas nos locais. O cientista político e diretor da Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, destaca que as semelhanças entre práticas econômicas ao longo do tempo estão relacionadas ao modelo econômico predominante no país. Ele aponta para a concessão de grandes incentivos fiscais direcionados a empresas que se dedicam à monocultura, visando principalmente o mercado externo e caracterizadas pela concentração fundiária. Esses elementos, de acordo com o autor, guardam uma incômoda semelhança com o modelo econômico adotado durante os períodos colonial e imperial. Isso sugere uma continuidade de certas estruturas e práticas econômicas ao longo da história brasileira.

Segundo a organização não-governamental *Anti-Slavery Internacional*, existem alguns aspectos fundamentais os quais definem a existência do trabalho forçado no hodierno. Sendo elas:

- 1) quando ele é forçado a trabalhar - por meio de opressão física ou psicológica;
- 2) quando ele é possuído ou controlado por um “empregador”, geralmente através de abuso mental ou psicológico ou ameaças de abuso;
- 3) quando ele é desumanizado, tratado como um objeto ou comprado e vendido como uma “propriedade”;
- 4) quando ele é fisicamente coagido ou submetido a restrições no direito de ir e vir.³³

Porém, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) utiliza outros critérios para identificar essa forma de trabalho:

a CPT reafirma que é preciso que, na denúncia, haja elementos que caracterizem o cerceamento da liberdade, seja através de mecanismos de endividamento, seja pelo uso da força (proprietários ou funcionários armados, ocorrência de assassinatos, espancamentos e práticas de intimidação), ou mesmo pela situação de isolamento que impede a saída dos trabalhadores.³⁴

³²GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012. p. 168.

³³Anti-Slavery Internacional, 2005, p.49-70. Apud. GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/nera/eduardo_girardi_2009.pdf. Acesso: 11 de Janeiro, 2024.

³⁴CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Caderno Conflitos no Campo – Brasil*. 2003. Goiânia/ São Paulo: CPT - Loyola.

Já a Organização Internacional do Trabalho (OIT), caracteriza o trabalho degradante de uma forma totalmente distinta quando comparamos às duas instituições mencionadas acima. De acordo com a OIT, o termo "trabalho escravo" se aplica somente quando o trabalhador é submetido a condições laborais degradantes, sem estabelecer qualquer relação formal de emprego³⁵. Em outras palavras, se no ato da denúncia for constatado que o trabalhador possui vínculo empregatício com o empregador, independentemente de existirem situações degradantes, não é considerado trabalho escravo. A organização também pontua que “toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade”. Sendo assim, para a organização, só há o trabalho escravo quando existe a restrição à liberdade daquele trabalhador.

Na Amazônia, as primeiras denúncias em relação à existência do trabalho escravo contemporâneo na região foram noticiadas no começo dos anos 1970, por Dom Pedro Casaldáliga, bispo católico no Mato Grosso que as escreveu em um relatório intitulado de “Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. No documento, o religioso aponta críticas ao aliciamento de trabalhadores, realizado pelos chamados “gatos”:

As condições de trabalho são as mais precárias possíveis. [...] Por tudo isso, os peões trabalham meses, e ao contrair malária ou outra qualquer doença, todo seu saldo é devorado, ficando mesmo endividados com a fazenda. [...] Esse trabalho pesado, e nestas condições, é executado por gente de toda idade, inclusive menores (13, 14, 15, 17 anos). [...] O peão depois de suportar esse tipo de tratamento perde a sua personalidade. Vive, sem sentir que está em condições infra-humana. Peão já virou conotação depreciativa pelo povo das vilas, como sendo uma pessoa sem direito e sem responsabilidade. Os fazendeiros mesmo consideram o peão uma raça inferior, com o único dever de servir a eles, “os desbravadores”. Nada fazem pela promoção humana dessa gente. O peão não tem direito à terra, à cultura, à assistência, à família, a nada. É incrível a resignação, a apatia e paciência destes homens, que só se explica pelo fatalismo sedimentado através de gerações de brasileiros sem pátria, dessas massas desperdadas de semiescravos que se sucederam desde as Capitânicas Hereditárias.³⁶

Assim, na década de 1970 e 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou a realizar denúncias dessa prática juntamente a um grupo formado por bispos e agentes pastorais da Amazônia Legal e ligados a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB)³⁷ para

³⁵AUDI, Patrícia. Organização Internacional do Trabalho. *In*. SAKAMOTO, Leonardo. Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI. 2007.

³⁶ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. 1971. Disponível em: <https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 21 de Fevereiro. 2024.

atuar em conjunto aos trabalhadores rurais do Brasil. Já no período de 1992 a 1995, em uma das sessões das Nações Unidas (ONU), a CPT e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) denunciou o Brasil pela existência de trabalho escravo e forçado. A OAB responsabilizou também o Brasil devido ao descumprimento de tratados e recomendações internacionais pelo governo, o embaixador do Brasil na ONU, Celso Amorim, reconheceu a questão. Em resposta, o governo federal criou o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento do Trabalhador (PERFOR).

Além do debate historiográfico, que é de suma importância, é crucial analisar os dados para compreender a identidade desses trabalhadores vivendo em condições de escravidão, quantificá-los e examinar os conflitos e operações de resgate que ocorrem. Dito isso, segundo o Censo 2000 do IBGE, os estados mais afetados pelo analfabetismo funcional e naturalidade dos trabalhadores escravizados são divididos em dois blocos: no primeiro, o Mato Grosso e o Oeste do Pará, onde as taxas de analfabetismo funcional variam entre 4 e 30%, e o número de trabalhadores nessa condição é menor; e a segunda, abrangendo os estados do Tocantins, Maranhão e leste do Pará, onde as taxas de analfabetismo funcional variam entre 50 e 92%, e há uma concentração maior de trabalhadores por local de nascimento. Isso sugere um cenário de maior vulnerabilidade socioeconômica e falta de acesso a recursos educacionais básicos, o que pode contribuir para a exploração de trabalhadores em condições de escravidão.

Segundo os registros de trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, em 1995, nota-se que as atividades econômicas com maior incidência de trabalho escravo são: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/ celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas da área de citricultura, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais. Durante o período de 1995 a 2000, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra³⁸, a atividade pecuária foi a que mais registrou casos de trabalho escravo no Brasil. A

³⁷ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a entidade permanente que reúne os bispos da Igreja Católica no país, os quais exercem funções pastorais em prol de seus fiéis. Seu objetivo é promover a vida eclesial, enfrentar desafios contemporâneos e, por meio dos ensinamentos cristãos, contribuir para a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

³⁸ Comissão Pastoral da Terra. Síntese dos Dados de Trabalho Escravo no Brasil (1995-2020). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/12-trabalho-escravo/14214-sintese-dos-dados-de-trabalho-escravo-no-brasil-1995-2020>. Acesso: 20 de Janeiro, 2024.

pecuária, ao longo desse período, se beneficiou de uma cultura de impunidade e falta de fiscalização eficaz, permitindo a exploração desumana de trabalhadores. Essa situação sugere uma relação estreita entre a demanda por mão de obra barata e a propensão dos empregadores a recorrer a práticas ilegais e desumanas. Sobre isso, Carlos Juliano Barros³⁹ pontua:

A criação de bovinos em latifúndios é, de longe, a principal responsável pelo desmatamento e pelo trabalho escravo na Amazônia. De toda a área devastada da floresta até hoje, 62% foram transformados em pastagens. E, de cada dez casos de trabalho escravo, sete referem-se a trabalhadores explorados em atividades ligadas à pecuária. Não por acaso, a primeira propriedade rural do Brasil desapropriada por conta de trabalho escravo possuía mais de 5 mil cabeças de boi.

Tabela 2: Pessoas resgatadas em situação de trabalho escravo

Sub-total Amazônia Legal	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Sub-total em % Amazônia Legal	34	296	394	159	725	437
	40%	70%	100%	100%	100%	85%

Fonte: Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/12-trabalho-escravo>. Acesso em: 2 de Fevereiro. 2024.

Na tabela acima podemos analisar o exponencial crescimento de pessoas resgatadas em situações de trabalho escravo na região da Amazônia Legal. De 1995 para 1996, o aumento foi de 30% e seguiu aumentando até que, finalmente, diminuiu no ano 2000. É relevante notar que o aumento no número de pessoas resgatadas nessas condições pode estar correlacionado com as grandes ações no que tange a fiscalização do trabalho escravo que foram realizadas nesses períodos. Em 1995, houve a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal, que são responsáveis por fiscalizar as condições de trabalho nas propriedades e libertar trabalhadores que estão vivendo em situações de escravidão. Já em 1997, houve a implementação de campanhas informativas de combate ao trabalho escravo contemporâneo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos da Açailândia (MA).

³⁹ BARROS, Carlos Juliano. Amazônia: trabalho escravo e dinâmicas correlatas. São Paulo, 2017. Disponível em: https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2015/08/fasciculo_amazonia_web.pdf. Acesso: 20 de Janeiro, 2024.

Além dos dados anteriormente mencionados, é de suma importância também analisar os relatos desses trabalhadores para entender as condições reais em que vivem e trabalham. Os relatos pessoais são fontes da História Oral e oferecem uma perspectiva única sobre as experiências desses indivíduos, revelando não apenas as condições físicas e materiais de sua exploração, mas também os impactos psicológicos e emocionais que enfrentam. Nesse sentido, observar os relatos dessas pessoas nos permite entender como elas constroem seus laços e memórias com o seu possível último destino. Sobre isso, Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna⁴⁰, pontuam:

[...] O que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado. Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

A oralidade não deve ser considerada apenas como um complemento às fontes históricas, mas sim como uma fonte em si mesma a ser cuidadosamente analisada. Os relatos orais, seja através de transcrições formais ou da tradição oral transmitida de geração em geração, representam a história daqueles cujas vozes foram frequentemente silenciadas ou negligenciadas nos registros oficiais. Um relato⁴¹ que remonta às ocorrências da segunda metade dos anos 1990 pode ser traçado até os anos 1970, quando esse tipo de prática começou a se disseminar no Brasil. Isso é corroborado pela declaração de Raimundo Dias Lima, datada de 2 de abril de 1972, em São Félix, estado do Mato Grosso, encontrada nos arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia. Raimundo se identifica como um 'gato', afirmando ter trabalhado como 'empreiteiro' para a Agropecuária Roncador S/A, na fazenda Jaú. De acordo com ele:

Resolvi pedir a saída da fazenda devido à falta de atendimento médico, de pagamento e de condições de trabalho em que vivem todos os empregados da fazenda, que são obrigados a trabalhar mesmo estando doentes, só podendo sair da fazenda quando não têm condições de render mais nada. Que para manter a ordem o

⁴⁰ MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*. Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

⁴¹GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo à de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012.

atual encarregado tem dois cacetes atrás das portas, tendo recebido do gerente a ordem de que pode matar peões, que sua liberdade está garantida.

Em entrevista concedida à historiadora Ângela de Castro Gomes⁴², a secretária nacional da Fiscalização do Trabalho do MTE, Ruth Vilela, fundadora dos Grupos Móveis discorre sobre os primeiros processos realizados nos primeiros anos de fiscalização. Segundo ela, em muitos casos, pode-se observar um padrão comum, especialmente quando se trata de mão de obra nas grandes fazendas de cana-de-açúcar, soja ou gado, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Os alojamentos eram, basicamente, barracas as quais possuíam como o “teto” folhas ou plásticos, os banheiros eram inexistentes assim como a cozinha ou outro tipo de local adequado para beber água, cozinhar ou tomar banho. Os trabalhadores dormiam em condições precárias, muitas vezes em redes ou no chão sobre esteiras de palha, sem acesso a equipamentos de proteção adequados, nem mesmo calçados para enfrentar o trabalho na mata, onde realizavam atividades extenuantes como derrubada de árvores e remoção de raízes. Essas tarefas eram não apenas fisicamente exigentes, mas também perigosas. Acidentes eram frequentes, assim como o surgimento de doenças, especialmente a malária, que é endêmica na região amazônica. Além disso, o acesso a cuidados médicos e remédios adequados era praticamente inexistente.

Considerações finais

Em 13 de maio de 1888, o Brasil se tornou o último país das Américas a abolir a escravidão. No entanto, as cicatrizes deixadas pelo processo de escravização e desumanização dos indivíduos para torná-los objetos ainda estão presentes na sociedade atual, onde a manutenção do poder pelas grandes oligarquias e latifundiários persiste. Há muito tempo, existe um debate sobre a urgente necessidade de fazer com que o povo brasileiro se lembre da era colonial não com saudosismo, mas com repúdio. Sobre isso, Ailton Krenak pontua⁴³: “A memória é a consciência crítica, a ausência dessa memória deixa a gente refém de qualquer discurso manipulador. Ao invés de você ouvir a mensagem e analisar ela criticamente, você adere a mensagem automaticamente.”

O pensamento colonial de servidão ainda é encontrado nas entranhas do país, seja nos grandes centros urbanos ao nos depararmos com notícias de trabalhadoras resgatadas após

⁴² *Idem.*

⁴³ *Le Monde Diplomatique Brasil. Vozes da Floresta- Ailton Krenak.* Youtube, 14 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w>. Acesso em: 03 de Março de 2024.

anos sendo mantidas em cárcere de privado ou quando olhamos para a região Norte, principalmente para as minas ilegais de garimpo que desmatam a floresta e, muitas vezes, território indígena. Durante a construção do projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que resultou no presente trabalho, o Brasil vivenciou um período de (des)governo marcado pelo crescimento da atuação do garimpo em áreas protegidas. Em 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro fez uma crítica à Emenda Constitucional 81, aprovada em 2014, que autoriza a expropriação de propriedades onde ocorra flagrante de trabalho escravo e além disso, o mesmo assinou um decreto que estimula atividades de garimpo na Amazônia Legal.

Os discursos governamentais, aliados aos incentivos à migração, ao aliciamento por intermediários conhecidos como “gatos” e ao poder político e social dos grandes proprietários de terras na região amazônica, compõem um conjunto de fatores que contribuem para a compreensão da existência e da persistência do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia. Além disso, a falta de acesso à educação e a condições de vida precárias entre muitos desses trabalhadores os tornam ainda mais vulneráveis a essa forma de exploração laboral.

Além de incentivar a fiscalização e a criação de políticas governamentais mais rígidas para combater essa forma de exploração, é essencial promover medidas que abordem as causas subjacentes desse fenômeno, como por exemplo, a execução de campanhas de conscientização para que os trabalhadores possam entender o que se configura como a prática do trabalho escravo contemporâneo, pontuando formas de denúncia. É crucial garantir o acesso à terra e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos naturais, reduzindo assim a concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos. Somente abordando essas questões de forma abrangente e sistêmica poderemos pensar em combater verdadeiramente a persistência do trabalho escravo contemporâneo.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

AUDI, Patrícia. Organização Internacional do Trabalho. In. SAKAMOTO, Leonardo. Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI. 2007.

Anti-Slavery Internacional, 2005, p.49-70. Apud. GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórica metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/nera/eduardo_girardi_2009.pdf. Acesso: 11/02/2024.

ARAÚJO, J. de, 2015. A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco.

BARROS, Carlos Juliano. Amazônia: trabalho escravo e dinâmicas correlatas. São Paulo, 2017. Disponível em [:https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2015/08/fasciculo_amazonia_web.pdf](https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2015/08/fasciculo_amazonia_web.pdf). Acesso: 20 de Janeiro. 2024.

BECKER, B. K. A Fronteira Urbana e a Mobilidade do Trabalho. In: Amazônia. São Paulo, Ática, 1990.

CARVALHO, Marcos Antônio de., BARRETO, Cleiciane do Socorro Rodrigues Barreto., NASCIMENTO, Edivan Ferreira. Itinerários pela Amazônia: trajetórias de migrantes nordestinos na cidade de Santa Luzia do Pará (1960-1980). Revista Sentidos da Cultura, 2019.

CAVALCANTE, Flávia Costa. O processo migratório na Amazônia vinculado à mobilidade do trabalho- o caso da UHE Tucuruí. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. 1971. Disponível em: <https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf> . Acesso em: 21 de Fevereiro. 2024.

CASTRAVECHI, Luciene; JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. 2003. Goiânia/ São Paulo: CPT -Loyola.

Comissão Pastoral da Terra. Síntese dos Dados de Trabalho Escravo no Brasil (1995-2020). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/12-trabalho-escravo/14214-sintese-dos-dados-de-trabalho-escravo-no-brasil-1995-2020>. Acesso: 20 de Janeiro. 2024.

Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/12-trabalho-escravo>. Acesso em: 2 de Fevereiro. 2024

DAEFIOL, R. C. Ditadura e revisionismo no Brasil: as disputas de narrativas e seus reflexos no direito à memória, verdade e justiça das vítimas do regime autoritário (1964-1985). Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2020.

EVARISTO, Conceição, Olhos d'água. Rio de Janeiro, Pallas, 2014, p.108.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; GALVÃO, Edna Maria. Discussões Contemporâneas Sobre o Trabalho Escravo: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2016

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A Escravidão Contemporânea no Brasil: 1985 a 2009. In: Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012. p. 168.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. São Leopoldo, RS: Revista Unisinos, Vol 21, n.1, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC, 2003.p.49 – 69. p. 60

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde: política de colonização do Brasil contemporâneo. Recife: Editora UFPE, 2022.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. In. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 13, nº 1. 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Passos nômades: narrativas de espaço – construção de novas cidades e memória histórica – Mato Grosso. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.). Contar história, fazer História – História, cultura e memória. Brasília: Pararelo 15, 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014.

.....História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia. In: MONTENEGRO, Antônio T., ACIOLI, Vera L.(Orgs.). História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. da UFPE, 2011, p.85-129.

Histórico - SUDAM. Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 18 de Fevereiro, 2024.

JOANONI NETO & R. Guimarães Neto, 2017. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. Diálogos Latinoamericanos. v. 26, p. 144-156.

KOSELLECK, R. (2006). Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC.

LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. 340 p. Tese de Doutorado. (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Le Monde Diplomatique Brasil. Vozes da Floresta- Ailton Krenak. Youtube, 14 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w>. Acesso em: 03 de Março de 2024.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. Historiae. Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sob o signo da fé, 08 de outubro de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view>. Acesso: 23 de Janeiro.2024.

MINISTÉRIO do interior; SUDAM; BASA. Transamazônica. O caminho para a grande aventura deste século. [Anúncio]. O Globo, 20 de novembro de 1971, p.17

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

NEIDE, Gondim. A invenção da Amazônia, 2º edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia).

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. "Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização", p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. In: Migrações Nordestinas no Século 21 -Um Panorama Recente, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014.

PAIVA, Livia de Meira Lima. Cultura e ditadura: permanências autoritárias nas políticas culturais. XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 05 a 08 de novembro de 2014, UFPB, João Pessoa. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>. Acesso em: 21 de Janeiro. 2024.

Pronunciamento feito pelo Presidente Médici encerrando a reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife, a 06/06/1970. p. 76. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso em: 18 de Dezembro, 2023.

REIS, D., MOTTA, R. P., & RIDENTI, M. (. (2004). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964 . Rio de Janeiro : Zahar.

SKINNER, Q. (2002). *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Alges(Portugal):
DIFEL